



Trabalho intelectual e militância LGBTI+: luta política e subjetividade convertidas em sujeito e objeto do conhecimento – as relações recíprocas entre teoria e práxis

Intellectual work and LGBTI+ activism: political struggle and subjectivity converted into subject and object of knowledge – the reciprocal relationships between theory and praxis

 Lucas Silva Dantas

Doutoranda em Educação

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC 

São Paulo/SP - Brasil

lucaseducadore@gmail.com

 Carlos Antônio Giovinazzo Júnior

Doutor em Educação

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC 

São Paulo/SP – Brasil

cgiovinazzo@pucsp.br

Resumo: Discorre-se sobre como a pesquisa, o estudo teórico e a militância no movimento LGBT+ contribuem para a formação intelectual, produzindo visão de mundo, orientando a ação e o modo de ser e viver. Afirma-se que o contato dos movimentos sociais com a academia afetou ambos os autores deste ensaio. Apresentamos aspectos de nossas trajetórias, indicando como fomos impactados pela disposição de articular a discussão teórica com as demandas dos movimentos sociais; examinamos as contribuições de Herbert Marcuse, em *Marxismo e Feminismo*, na análise que fazemos da luta do movimento LGBTI+, incorporando o pensamento desse autor, que reavaliou as possibilidades de ação política e transformação social ante a persistência da barbárie na cultura, na política, na economia e nas relações sociais. Seguem algumas considerações sobre a necessidade de combinar a luta contra a dominação, articulando classe, gênero, sexualidade e deficiência como forma de combater a aversão à diferença e à diversidade.

Palavras-chave: teoria crítica (Herbert Marcuse); movimento LGBTI+; corpos dissidentes, transgressão e resistência; gênero; sexualidade.

Abstract: The article discusses how research, theoretical study, and LGBT+ activism contribute to intellectual formation, producing a world view, guiding action, and the way of being and living. We argued that the contact between social movements and academia has affected both authors of this essay. We present aspects of our trajectories, indicating how we have been impacted by the willingness to articulate theoretical discussion with the demands of social movements; we examine the contributions of Herbert Marcuse, in *Marxism and Feminism*, in our analysis of the struggle of the LGBTI+ movement, incorporating the thought of this author, who reevaluated the possibilities of political action and social transformation even with the persistence of barbarism in culture, politics, economy and social relations. Finally, we conclude with considerations about the need to combine the fight against domination, articulating class, gender, sexuality, and disability as way of combating the aversion to difference and diversity.

Keywords: critical theory (Herbert Marcuse); LGBTI+ movement; dissident bodies, transgression and resistance; gender; sexuality.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

DANTAS, Lucas Silva; GIOVINAZZO JÚNIOR, Carlos Antônio. Trabalho intelectual e militância LGBTI+: luta política e subjetividade convertidas em sujeito e objeto do conhecimento – as relações recíprocas entre teoria e práxis. *Dialogia*, São Paulo, n. 49, p. 1-20, e27228, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/49.2024.27228>

American Psychological Association (APA)

Dantas, L. S., & Giovinazzo Júnior, C. A. (2024, maio/ago). Trabalho intelectual e militância LGBTI+: luta política e subjetividade convertidas em sujeito e objeto do conhecimento – as relações recíprocas entre teoria e práxis. *Dialogia*, São Paulo, 49, p. 1-20, e27228. <https://doi.org/10.5585/49.2024.27228>

Apresentação

Faz-se necessário a apresentação de alguns dados biográficos de cada um dos autores deste artigo como forma de marcar seus pontos de partida e o encontro que ensejou as reflexões que seguem posteriormente. Um de nós vem do Movimento LGBTI+, mas desde cedo percebeu a potencialidade da inserção no mundo acadêmico. O outro, atuando na pós-graduação há 20 anos, está em busca de reforçar o sentido político da vida acadêmica e da investigação social empírica, vislumbrando nos movimentos sociais de contestação à ordem a possibilidade de encontrar caminhos para o avanço da luta pela emancipação social em meio a situação histórica de avanço das tendências fascistas, que nunca foram totalmente debeladas.

Levar o movimento da dissidência para o meio acadêmico: Lucas

Desde que entrei na licenciatura em Letras e na área da Educação, percebi que não teria como ignorar o meu corpo e os inúmeros atravessamentos que vinham junto dele em relação a educação e ao espaço acadêmico. Eu e outros amigos trans estávamos cursando uma licenciatura e nos perguntávamos quantos professores trans já havíamos tido, se poderíamos ser parte do corpo docente de alguma escola, como seria a recepção dos alunes, que conhecimento havia sido produzido sobre isso na academia, como desassociar nossas experiências e angústias da materialidade da escrita e da produção de conhecimento?

Até então, em 2016, havíamos tido notícia de uma única doutora trans no Brasil, Luma Nogueira de Andrade. Enquanto pessoa trans não binária, pensava o que poderia fazer na academia e na escola. Não havia quase nada de produção de conhecimento sobre a não binaridade; e a maior parte dele não tratava de docência, infância, movimento social ou, ao menos, trazia essas vozes como sujeitos da pesquisa. Em sua maioria nós éramos trados como objetos, nas entrevistas e análises sem profundidade.

Foi então que entendi: falar em primeira pessoa e produzir um material que contivesse a minha voz, mais a voz de minhas amigas e de muitos outros corpos dissidentes era algo necessário, político, fundamental. Este passou a ser meu objetivo. Inúmeras críticas vieram. “Mas e o distanciamento acadêmico?” “Você não está muito perto do objeto que investiga?” (quer dizer, minha própria existência) “Como, no meio acadêmico, irá analisar e escrever em primeira pessoa?” Essas e outras inúmeras questões acerca de uma suposta redução da luta política ao “identitarismo”, do movimento LGBTI+, das causas em que militávamos, sempre soavam como crítica desqualificadora e como um eco repetindo que ali não era nosso lugar. E, aqui, refiro-me a toda

trajetória acadêmica, que envolve instituições, congressos, pareceres de revistas científicas, entre outras atividades. Falar em primeira pessoa nunca foi fácil ou ao menos aceito.

No meu trabalho de conclusão de curso da licenciatura escolhi criar uma manifestografia, uma mistura de manifesto com monografia, escrita em primeira pessoa, sobre os corpos dissidentes na formação de professores. Naquele momento, estudando Letras, trazia em minha escrita a criação de um novo gênero, tal qual estava fazendo com o meu corpo. O gênero, seja no corpo de carne e osso, desejos e pulsões, seja na ciência, se hibridiza, se modifica, se mistura, é parido a cada nova criação e criatura. Não se tratava de um relato estritamente pessoal, pois aprendi com as feministas que o pessoal é político, aprendi com os decoloniais que a pretensão a universalidade padronizada e definitiva é sempre rasa, insuficiente, incoerente, máquina homogeneizadora de moer possibilidades plurais.

Tornei-me uma professora, educadora, pesquisadora, vi amigas trans sendo despedidas de escolas particulares por transfobia, vi outros passarem nos concursos públicos e adoecerem dentro das escolas, vi adolescentes trans abandonando o ensino médio, recebendo laudo de afastamento do psiquiatra, vi uma educação que não queria acreditar que existia. Fui a única pessoa trans de muitas salas, disciplinas, seminários e eventos. Muitas amigas trans que desistiram da academia me perguntavam como eu aguentava, e afirmavam que não voltariam nunca mais para esse espaço, algumas nem para a escola, seja para assistir ou dar aula.

Também vi muitas coisas lindas, vi as brechas se abrirem e formarem fendas e passagens por onde entraram saberes e corpos trans numa educação predominantemente cisgênero. Pude ser professora de mais de oitenta alunes trans do Programa Transcidadania e estudar e escrever literatura trans, naquelas tardes em que chorávamos, ríamos, nos curávamos com as palavras. Vi as cotas trans serem aprovadas em inúmeras universidades, coletivos trans nascendo, vi a esperança de um movimento que buscava transgredir os padrões e forças que nos expulsavam desses espaços.

Pude dar as mãos a muitas pessoas cisgênero nesta caminhada, alianças sem as quais ficaria insuportável resistir. Uma delas é o meu orientador, com quem escrevo esse artigo, com quem aprendi a potência da teoria crítica da sociedade, com quem pude entender que a crítica precisa ser feita, ainda que as tentativas a paralisar a qualquer custo existam, que as armadilhas neoliberais estabelecem limites quase intransponíveis às possibilidades de resistência e transgressão. Palavras essas que deram origem a minha dissertação de mestrado, momento em que me juntei a um coro de vozes trans, negras, indígenas e de pessoas com deficiência para dizer que estratégias utilizamos para habitar a educação e fazer dela um outro espaço.

Todas as autoras que analisei em minha pesquisa contavam suas histórias, trajetórias, estratégias e lutas na academia e no espaço escolar. Fui buscar essas vozes, pois, assim como

Marcuse (2018), não acredito que possa existir uma revolução ignorando a luta daqueles que nos mostram outras possibilidades de vida coletiva, na qual a violência e a repressão não sejam seus elementos constitutivos, na qual as relações de gênero, sexualidade, raça, capacidade, tudo isso de forma interseccionada, possam se modificar em meio as relações com o outro e no trabalho. É aí que a educação pode se transformar em prática de combate a barbárie e a qualquer semente daninha que nasça dela.

Acredito nas autobiografias coletivas, no distanciamento e na aproximação com aquilo que se pesquisa, na transformação dos objetos de estudo em sujeitos que pesquisam, nas alianças entre pessoas cis e trans na educação, nos encontros dissidentes nas encruzilhadas da opressão, nos movimentos sociais que nos mostram outras possibilidades coletivas de viver a vida, numa experiência acadêmica que busque a decolonialidade, nas vozes que denunciam as violências as quais fomos treinados para não ver ou perceber, numa escrita que não esconda a poesia e não queira ser apenas um instrumento de denúncia ou um documento policial transcrito para a linguagem acadêmica, ou somente o registro da violência contra corpos dissidentes, acredito, enfim, numa escrita que afeta, que acolhe e grita, que desloca, que contribui, que também seja relato, produção acadêmica, conhecimento científico, sabedoria de mundo.

Assim como Marcuse (2018, p. 78), acredito em Eros, na “[...] energia libidinal em luta com a energia agressiva, buscando intensificação, gratificação e unificação da vida e do ambiente da vida: os Instintos de Vida *versus* o Instinto de Morte (Freud)”, acredito na possibilidade de determinarmos nossa própria vida, superando e transcendendo a alienação, a subalternização, a repressão e o adoecimento. Que seja possível narrar a história e se apossar dela, ainda que essa seja “[...] uma luta permeada de amargos conflitos, tormento e sofrimento (mental e físico)” (Marcuse, 2018, p. 89).

Nossas histórias precisam ser contadas por nós, porque só descobrimos a história de pessoas como Tybyra, Xica Manicongo, Filipa de Sousa, Cintura Fina, entre tantos outros desobedientes e dissidentes dos padrões de gênero e sexualidade, pelos documentos da inquisição, pelos boletins policiais, pelos cadernos do hospício e da prisão. A nossa existência não pode ser cartografada, desenhada, registrada e escrita pela caneta da violência e examinada pela medida do quanto infringimos a sodomia, a moral, os parâmetros patriarcais e cisheteronormativos. O registro da nossa passagem pelo mundo não pode ser um arquivo criado por quem nos queria fora dele. É como conhecer a história da ditadura pelo ponto de vista dos torturadores, dos ditadores, dos que estavam no poder. Dizer sobre si mesmo é um direito. Que não sejamos a história contada pela metade, que sejamos a história escovada a contrapelo, evocada por Walter Benjamin (1994). Como

discutimos a seguir, a libertação não nos pode ser oferecida como dádiva das novas instituições, supostamente superiores as atuais; ela deve emergir nos e dos próprios indivíduos (Marcuse, 2018).

Renovar e revigorar a função social da Universidade – o outro quer entrar, com suas pautas e sua existência. Democracia, educação, universidade: Carlos

Vivemos uma situação histórica em que tendências e grupos sociais, no Brasil e no mundo, têm sistematicamente colocado em risco a democracia. Aqui não é o espaço para uma análise das razões que explicam tamanho retrocesso e, também, para enumerar os eventos que constituem as manifestações objetivas de tais tendências e dos grupos que as sustentam. Ainda assim, não se pode deixar de mencionar seus efeitos na educação em geral e na universidade em particular: está em curso um projeto de intervenção nos estabelecimentos de ensino (da educação infantil à superior), capitaneados por segmentos sociais antidemocráticos e avessos à diversidade de ideias, ao debate de propostas e ao confronto de posições divergentes, enfim, àquilo que enriquece a experiência humana.

Essa tentativa de intervir na educação avilta um dos princípios fundantes do regime republicano, qual seja, a liberdade que cada um dos cidadãos deve gozar para expressar seus interesses e realizar suas potencialidades. Em outros termos, no campo educacional está em perigo a possibilidade de os professores de todos os níveis e modalidades de ensino exercerem seu protagonismo no que diz respeito à promoção de valores como justiça, diversidade, pluralidade, igualdade e solidariedade, necessários para alcançarmos um país justo, social e culturalmente rico e desenvolvido.

Ora, esse tipo de controle (e repressão) sobre o trabalho pedagógico constitui atentado ao que a Constituição Federal assegura aos educadores – liberdade de cátedra e de ensino – e aos estudantes – direito de aprender e ter acesso ao conhecimento, às formas de pensamento, à arte e a cultura em geral. Tal situação não é uma ameaça somente para a educação. Está em jogo a garantia dos direitos consolidados ao longo da história brasileira, principalmente pela ação dos grupos sociais e das pessoas que sofreram, e ainda sofrem, a opressão, resultado das desigualdades que caracterizam nossa sociedade. Tais circunstâncias nos obriga a refletir sobre a função social da Universidade.

Nesse momento crítico, portanto, a Universidade tem a responsabilidade inalienável de contribuir decisivamente para o fortalecimento da democracia. Não nos é permitida a omissão. Para que isso seja possível é essencial garantir que a organização acadêmica e administrativa esteja alicerçada em princípios e fundamentos de há muito conquistados: i) a autonomia universitária; ii)

a estrutura democrática, expressa na liberdade de ensino e na gestão colegiada e compartilhada, com inúmeros fóruns (CONSUN, CEPE, Conselhos de Faculdade, Colegiados de Curso etc.).

Devemos acrescentar a esses princípios e fundamentos o reconhecimento de a sociedade brasileira é plural e diversa, formada por grupos diversos, que possuem interesses, características, inclinações, desejos, jeitos de ser e viver igualmente diversos, que, durante muito tempo, não receberam o devido espaço e atenção ou, pior, foram sistematicamente ignorados e impedidos de acessar o mundo acadêmico.

Esse é uma das razões, talvez a principal, que mobiliza minha atenção e faz com que direcione minhas energias às questões que envolvem as lutas, dissidências, transgressões e resistências à essa ordem social, que somente se perpetua com o reforço, confirmação e reprodução das formas de opressão e violência expressas no racismo, na LGBTIfobia, no machismo, na misoginia, no capacitismo e na desigualdade e preconceito de classe. É imperativo ao meu trabalho intelectual e à minha existência articular as atividades de pesquisa e ensino com a ação política cuidadosamente orientada para a democratização da Universidade e da sociedade brasileira.

Há um entrelaçamento entre educação e os processos sociais, políticos e econômicos produtores de desigualdade, opressão e violência. Assim, a luta histórica contra essas formas de promover a dominação também é travada no campo educacional e na Universidade. Com base no reconhecimento da dinâmica dialética e conflituosa que caracteriza a sociedade contemporânea e com a referência da luta pela descolonização das sociedades historicamente submetidas aos países do capitalismo avançado e pela emancipação, meu objetivo é pôr em evidência as variadas contribuições dos movimentos sociais relacionadas à resistência, transgressão e contraposição à ordem social (racista, LGBTfóbica, machista, misógina, xenófoba, preconceituosa, violenta contra os diferentes e dissidentes, burguesa, capitalista).

Reconhecer essa dívida histórica possibilitará à Universidade realizar-se enquanto tal, assumindo uma vocação construída historicamente por aqueles que nela atuaram no passado e atuam no presente – mas sem a ingenuidade de considerar que outras forças reacionárias e retrógradas também operam no Ensino Superior. A educação, incluindo a Universidade, é o lócus onde os estudantes podem ser formados tendo como referência a democracia e a solidariedade (e não o autoritarismo, o ódio, a frieza e a indiferença ante o outro). E esses objetivos só são realizáveis se as escolas de educação básica e as universidades estiverem estruturadas e organizadas exatamente em função de sua consecução.

Quero dizer com isso que qualquer projeto educacional comprometido com a democracia não pode negligenciar o fato de que a formação de pessoas democráticas requer relações

democráticas nas salas de aulas e nos ambientes universitários. Theodor W. Adorno (1995) nos auxilia na compreensão do que aqui se quer assinalar:

(...) assumindo o risco, gostaria de apresentar a minha concepção de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (Adorno, 1995, p. 141-42).

O autor citado, em debate radiofônico realizado no ano de 1966, preocupado com os rumos da democracia na Alemanha naquele período de pós-guerra, e tendo como referência as escolas em geral, incluindo as universidades, enfatiza algo extremamente importante: se as relações, as práticas sociais e o ensino, no interior dos estabelecimentos de educação, não estiverem pautados em valores e princípios democráticos, dificilmente os estudantes alcançarão a autonomia e se tornarão ardentes e entusiasmados defensores da democracia.

A gravidade do momento político atual nos impõe a reafirmação e o fortalecimento das posições assumidas pelos intelectuais do campo progressista no transcurso do processo que promoveu o frágil regime democrático brasileiro. E isso não se faz tão somente com manifestos endereçados à sociedade, do tipo “somos antirracistas”, mas com ações efetivas de integração na vida universitária dos grupos e classes historicamente oprimidas. Já passou da hora de a Universidade colocar em prática o jargão repetido por muitos: “não pesquisa e produzir conhecimento sobre ‘eles’, mas com ‘eles’”.

Meu anseio é que a Universidade se constitua verdadeiramente em um espaço no qual a ciência e a cultura sejam constantemente renovadas. E isso só é possível se forem garantidas a troca de experiências, o debate de ideias, o confronto entre perspectivas políticas distintas e a livre divulgação e circulação de conhecimentos referenciados nos mais diversos matizes e experiências históricas. No entanto, tudo isso somente estará de fato a serviço da emancipação e da democracia se todos os segmentos sociais oprimidos estiverem na Universidade.

Necessitamos de crítica e revisão, o que só contribuiria para o revigoramento do trabalho intelectual orientado politicamente. Condição *sine qua non* para isso é uma estrutura acadêmica e administrativa que proporcione a professores e estudantes situações de ensino, de aprendizagem e de socialização condizentes com os valores e fundamentos definidores das noções de justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, liberdade universidade e emancipação, opondo-se à

competividade, hierarquização, meritocracia e outras que dão sustentação à desigualdade produzida pelo modo de produção capitalista.

Para reforçar esse posicionamento recorre-se a um pequeno artigo de Walter Benjamin (1993, p. 52), escrito em 1912 e intitulado *A reforma escolar: um movimento cultural*. O autor se refere à Universidade e assevera que: “[...] a mais urgente necessidade da pedagogia moderna não é outra senão a criação de um espaço adequado para a cultura autodesenvolver-se”. Chama atenção a atualidade de ponderações elaboradas há mais de 100 anos. Ora, tal tarefa não está restrita à sala de aula, mas inclui e engloba todos os espaços acadêmicos, já que neles há aprendizagem e formação. A Universidade não pode prescindir de uma prática educativa pautada em valores humanísticos, o que, por sua vez, somente se realiza se a organização, a estrutura acadêmica e administrativa, bem como a prática pedagógica, estiver em consonância com tais valores. No entanto, estes mesmos valores devem e podem ser constantemente examinados, não para refutá-los, mas para englobarem a pluralidade da experiência humana e das formas de lutas e resistência contra a opressão imposta pelo capital, pela suposta normalidade cisheteropatriarcal e pela branquitude.

Dito de outra maneira: a Universidade continua sendo um espaço potencial de resistência a certas tendências e forças sociais que militam contra o pensamento, a cultura e a ciência; mas isso depende de a própria Universidade resistir, mas somente mantendo-se fiel àquilo que pode torná-la definitivamente relevante: a busca constante e radical pela realização de sua função formadora de indivíduos preñes de humanidade e capazes de intervir com consciência na realidade social, claro, sem negligenciar a produção de conhecimento socialmente orientado para a promoção de melhores condições objetivas e subjetivas de existência a todos os seres humanos e, principalmente, àqueles que trazem suas demandas e existência para dentro de seus muros, com isso participando decisivamente no processo de produção de alternativas sociais à dominação social e à exploração econômica.

Minha trajetória como docente do ensino superior produziu em mim uma orientação para a ação que se pretende ir além da produção de conhecimento e da formação profissional dos estudantes; ambiciono tornar a Universidade em um lugar de acolhimento e produção cultural e social da diferença e da diversidade e, também, de outra forma de ser e viver, contraposta a esse mundo que premia a agressividade, a destruição e o exercício do poder autoritário.

Primeiras considerações sobre práxis danificada e a teoria sobre ela

A vida está ajustada contra os desajustados, aqueles que se opõem a ordem social e/ou são a lembrança viva de que ela poderia ser diferente em seus mais diversos aspectos e dimensões: o

sistema econômico, o modo como o trabalho é condicionado, as questões de gênero e sexualidade, de raça e o combate ao racismo, a luta contra o cisheteropatriarcado e a desumanidade do capitalismo. Também está ajustada contra aqueles considerados incapacitados pelo capacitismo. Enfim, aqueles que subvertem a ordem e caminham rumo a outra possibilidade de organização da vida e que elaboram estratégias de resistência a ordem hegemônica dominante são vítimas da violência socializada e do ajustamento opressor. Todos esses corpos, identidades e existências, que foram interpelados a desenvolver a “[...] capacidade de viver como um dissidente, para viver uma vida não ajustada” (Marcuse, 2018, p. 23), denunciam que vivemos numa sociedade doente. A vida mostra cotidianamente suas facetas mais cruéis, repressivas e violentas. Assim,

[...] podemos dizer que uma sociedade está doente quando as suas instituições e relações básicas, a sua estrutura, são de tal forma que elas não permitem o uso do material disponível e recursos intelectuais para o melhor desenvolvimento e satisfação das necessidades individuais. Quanto maior a discrepância entre o potencial e as condições humanas reais, maior é a necessidade social para o que chamo de “mais-repressão”, isto é, a repressão não necessária em virtude do crescimento e preservação da civilização, mas pelo interesse em manter uma sociedade estabelecida (Marcuse, 2018, p. 23).

A mais-repressão, justificada pela defesa de valores e de padrões orientados pela dominação social, a exemplo dos atinentes à família tradicional burguesa e à pátria, é o dispositivo que machuca e faz sangrar todos aqueles tornados dissidentes pelo racismo, pelo cisheteropatriarcado, pelo capitalismo, pelo capacitismo e pelas demais estruturas de poder e hierarquização, constantemente denunciados e encarados de frente pelos movimentos sociais, grupos e associações políticas de contraposição. É também um controle sobre todos os corpos a fim de que a norma e a moralidade se mantenham aliadas ao capitalismo e às suas tradições inventadas, que objetivam perpetuar a desigualdade e a autoridade constituída, como se fossem ahistóricas e inerentes às sociedades, de modo a condicionar as pulsões e manter adestrados aqueles que talvez não consigam vislumbrar outras formas de ser e de viver. Sem desconsiderar outros fatores que concorrem para essa situação sumariamente descrita, podemos dizer que uma parte da sociedade, conservadora, acomodada, fascista, privilegiada e antidemocrática, enxerga nas pessoas, nos movimentos sociais e grupos políticos, que se insurgem contra esse sistema, um aglomerado de ativistas que perturbam sua paz, silenciam sua deturpada “liberdade de expressão”, justificando o ódio e o desprezado pela diferença, apenas por lutar contra a meritocracia e os privilégios, problematizando as mazelas a sua volta.

Aqueles que, por sua simples existência, expõem a riqueza da diversidade cultural e humana são percebidos e tratados como inimigos a serem eliminados, justamente porque nos últimos 30 ou 40 anos conquistaram posições de destaque na sociedade brasileira, evidenciando, ao mesmo tempo, a persistência da desigualdade e da violência estrutural e os esforços empreendidos para superar a situação histórica que deu origem e alimenta cotidianamente o racismo, o machismo, a injustiça e as desigualdades sociais (Giovinazzo Jr. 2021, p. 38).

Assim, toda iniciativa e movimentação que deixa de alimentar o sistema que perpetua a desumanização, a precariedade e a violência são vistas como uma ameaça ao sistema. A existência e a ação dos movimentos sociais e grupos políticos contestatórios carregam na sua formação e no seu cerne os embates e questionamentos em torno das desigualdades e injustiças a que determinadas populações estão submetidas, bem como de que forma essa violência, muitas vezes naturalizada, precisa ser denunciada, exposta, problematizada e dissecada, de maneira a torná-la visível, condição necessária à transformação social e à promoção de modo de vida emancipado e no qual os indivíduos possam ser exatamente o que a experiência, os afetos e os desejos produzem.

Hebert Marcuse, na Conferência proferida na Universidade de Stanford em 7 de março de 1974, publicada com o título de “Marxismo e Feminismo” pela Revista *Dissonância* (2018), considera que [...] o movimento de libertação das mulheres é talvez o movimento político mais importante e potencialmente mais radical de que dispomos” (Marcuse, 2018, p. 77). A partir desse ponto, o autor faz uma análise sobre as potencialidades e perigos de captação e esvaziamento a que o movimento pode estar submetido, avalia a necessidade de enxergarmos nessa movimentação política feminista uma possibilidade de desarticular comportamentos e valores arraigados a que o masculino cisheteropatriarcal foi buscando sustentação ao longo da história e analisa de que forma um programa político que visa a transformação das pulsões precisa estar incorporado no projeto de uma nova sociedade.

Tomando o contexto em que a conferência foi realizada, destaque-se que o movimento LGBTI+ ainda estava se estruturando, com inúmeras associações sendo fundado em diversos países latino-americanos e em todo o mundo ocidental. Seu nascimento, em meados da década de 1970, se deu de forma direta se inspirando e se referenciando no movimento negro e feminista. Assim, este artigo versa sobre como a pesquisa, a discussão teórica na pós-graduação, junto com a militância no movimento LGBTI+ contribuiu e tem contribuído para a formação intelectual e da subjetividade, inclusive modificando a visão de mundo, orientando a luta política e o modo de ser e viver. Toma-se como premissa que o contato dos movimentos sociais com a academia afetou a ambos.

Nesse sentido, as contribuições trazidas por Marcuse dialogam com as propostas e denúncias do movimento LGBTI+ no Brasil, expressas, por exemplo, no trabalho de Renan

Quinalha (2022) *Movimento LGBTI+ – uma breve história do século XIX aos nossos dias*, entre outras autorias. Considera-se que a interlocução entre os movimentos sociais e a pesquisa social crítica abarca uma parcela de liberdade e radicalidade capaz de apontar novos caminhos para a sociedade, incluindo a educação e a própria investigação científica.

O princípio de realidade e a segunda natureza (humana)

Já no início da sua palestra, Marcuse (2018, p. 77) salienta que o princípio de realidade é “[...] a soma total das normas e valores que regem o comportamento em uma sociedade estabelecida, incorporados em suas instituições, relacionamentos etc.” Podemos observar que Marcuse chama de princípio da realidade o que o movimento LGBTI+ tem denunciado desde a sua fundação: a capacidade do cisheteropatriarcado de naturalizar a heterossexualidade, a cisgeneridade, o modelo tradicional de família burguesa. Tais valores foram elevados à categoria de norma e são justificados como derivados da natureza, a ponto de tornar exótico, anormal, aberração, doença ou crime qualquer condição que esteja fora deste modelo social dominante.

Essas normas e valores regem o comportamento cisheteronormativo e têm sido utilizados para moldar instituições e relações sociais de modo a desumanizar vidas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, assexuais, intersexuais, não binárias e todas as pessoas pertencentes a comunidade LGBTI+ e, também, que são afetadas pela violência de gênero. Observa-se que, atuando indireta ou diretamente, pela via da repressão e da mais repressão, sobre aqueles que não são LGBTI+, todos se encontram submetidos e enclausurados aos padrões da normatividade.

Chamados de anormais, pervertidos, doentes, criminosos, desviantes, bichas, “homens femininos demais” e “mulheres masculinas demais” foram identificados, classificados e catalogados pelos dispositivos de poder, desde formas mais sutis de disciplina, muitas delas pretensiosamente “científicas”, até os modos mais crus de violência. Deste modo, discursos de diversas ordens conjugaram-se, historicamente, para consolidar representações sociais depreciativas das homossexualidades, produzindo identidades estigmatizadas e naturalizando as práticas de controle e violência. Em determinados períodos, prevaleceu um discurso religioso que enquadrava as sexualidades e os gêneros dissidentes como pecados. Em outros momentos, emergiram com maior força os discursos médico-científicos que os rotulavam como patologia ou doença. Por vezes, tornaram-se hegemônicas as visões jurídicas e criminológicas que reforçavam a associação das homossexualidades a crimes e contravenções (Quinalha, 2022, p. 34-35).

Diversas instituições e aparatos sociais são responsáveis por colocar as pessoas LGBTI+ num lugar de marginalidade e desumanidade que condicionou suas existências. A naturalização da heterossexualidade em contrapartida da homossexualidade, que foi considerada patologia até 1990, a normalização da cisgeneridade em contraponto a transexualidade, que foi tida como patologia até 2018, são exemplos de que esse princípio de realidade foi naturalizado historicamente numa

sociedade que ainda produz e reverbera discursos e práticas de supremacia cisheteropatriarcal, em projetos políticos que atentam contra as leis de proteção as pessoas LGBTI+.

Marcuse (2018) chama a atenção para como o princípio de realidade é capaz de criar uma segunda natureza, plenamente construída e moldada, que, com o passar do tempo, se cristaliza e pode, inclusive, existir em novos projetos regressivos de sociedade. Essa reflexão permite ressaltar que as diferenciações biológicas, entre outras de discriminação negativa e hierarquizadora, foram utilizadas secularmente para justificar a dominação, a opressão e a violência sobre as mulheres. O mesmo aconteceu com as pessoas LGBTI+: suas identidades e sexualidades foram patologizadas de modo a remeter a antinatureza, uma vez que os condicionamentos sociais foram elevados a “leis naturais”.

Aqui, cabe uma palavra sobre a questão de as características “femininas” serem socialmente condicionadas ou, de alguma forma, “naturais”, biológicas. Minha resposta é: para além das diferenças obviamente fisiológicas entre masculino e feminino, as características femininas são socialmente condicionadas. No entanto, o longo processo de milhares de anos de condicionamento social significa que elas podem se tornar uma “segunda natureza” que não é automaticamente alterada pelo estabelecimento de novas instituições sociais. Mesmo sob o socialismo pode haver discriminação contra as mulheres (Marcuse, 2018, p. 79).

A natureza humana é definida, nesses termos, justamente como aquilo que remete às formas prevaletentes pelas quais os homens e o masculino se relacionam com a natureza, quer dizer, moldando-a em função dos interesses de controle, domínio e poder sobre ela. De outra parte, sendo “natural” a hierarquia de gêneros, é quase imperceptível ou não notável a violência que sofrem todos que não pertencem ao grupo que conquistou o direito de governar a vida de todos. Evidentemente, a violência é brutal, direta e explícita quando dirigida contra aqueles que colocam em xeque tal hierarquização das diferenças e diversidades.

Isso porque sua existência torna possível imaginar novos mundos sem a velha ótica da dominação sexista e LGBTfóbica, justamente se o processo de reprodução das desigualdades de gênero e sexualidade não fizerem parte das agendas de reformulação política. Marcuse (2018, p. 78) aponta ainda que “[...] as mulheres não são uma classe no sentido marxiano [...] mas as necessidades e potencialidades imediatas das mulheres são, definitivamente, em grande medida condicionadas pela classe”. Mais do que uma pauta chamada de “identitária”, o que está em jogo são papéis sociais definidos e impostos a determinadas grupos pelo capitalismo. É possível identificar, nos dados dos assassinatos e da violência, que a naturalização da barbárie é um projeto que repercute em todos as dimensões da vida social e atinge a todos os seus segmentos. No entanto, observa-se que a população de travestis, transexuais e demais identidades trans são as vítimas privilegiadas desse sistema social e que, invariavelmente, o fator classe condiciona a intensidade

com que a violência atinge essas pessoas. A desigualdade econômica anda de mão dadas com o preconceito, a segregação e a marginalização, desumanizando os seus “alvos”. Segunda a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, ANTRA (2022), mais de 90% da população de travestis e mulheres transexuais se encontra na prostituição, justamente por ser marginalizada.

O princípio de realidade, em consonância com a lógica do capital, que impõe a exploração e a expropriação econômica (Fraser, 2023) cria, então, uma segunda natureza para justificar e executar a dominação, a violência e, assim, conformar as identidades condicionadas pela classe e pelo pertencimento a certo segmento social. O resultado é a naturalização da violência com base na biologia do erro ou da inferioridade. Essa pseudobiologia foi e é utilizada para a opressão das mulheres, das pessoas com deficiência, dos velhos, das crianças e jovens etc. Cabe ressaltar o discurso veiculado por muitas religiões, principalmente o cristianismo, de que “deus criou o homem para a mulher” e que “nossa natureza é imutável”, portanto, “não há como deixar de ser homem ou mulher”, que corroborou a demonização das vidas LGBTI+, sendo ainda utilizado para sustentar a ideia de que se trata de condição antinatural, patológica, anti-humanidade.

Tal visão sobre os corpos desviados, transgressores e dissidentes da suposta “lei natural” das coisas e dos homens colocou as pessoas LGBTI+ em uma situação histórica de perseguição, estando presentes nos campos de concentração nazistas, nas fogueiras da inquisição, acusadas de sodomia, nos porões das ditaduras militares latino-americanas, independentemente se eram ou não de esquerda, sendo alvo da polícia e presas por vadiagem apenas por andarem nas ruas a luz do dia, como relata a ativista Jovanna Baby¹, que foi vítima das operações de higienização, violência e morte, como a Operação Tarântula² ocorrida no Brasil durante a ditadura militar, que perseguia e matava friamente travestis e transexuais que circulavam pelas ruas de São Paulo.

Imposta e elaborada histórica e socialmente, incorporada pela sociedade e pelas instituições, essa construção da diferença legitimada por uma noção falseada de natureza é a responsável por séculos de LGBTIfobia, patologização, perseguição e desumanização dessas vidas e corpos. É precisamente a associação à pseudoantinnatureza, supostamente contrária à ordem natural das coisas, plenamente planejada e constituída que fez com que Tibira do Maranhão, indígena tupinambá homossexual, fosse amarrado num canhão e explodido em 1614, que fez com que Xica Manicongo, considerada uma das primeiras travestis da história do Brasil, fosse acusada de sodomia e fosse obrigada a viver como Francisco, para não ser queimada nas fogueiras inquisitórias do tribunal do Santo Ofício, como relatado por Jesus (2019).

¹ Documentário “Jovanna Baby: uma trajetória do Movimento de Travestis e Trans no Brasil”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uy7FfY66YqM&t=221s>. Acesso: 22/3/2024.

² Matéria sobre a operação tarântula, disponível em: <https://revistahibrida.com.br/brasil/operacao-tarantula-trans-travestis-ditadura/>. Acesso: 22/3/2024.

É contra toda essa história de perpetuação doentia de relações gênero e de padrões de sexualidade, imposta e enfrentada pela população LGBTI+, que os movimentos sociais, por meio de grupos e associações políticas, lutam, desde a década de 1970, de forma institucional e organizada, por seus direitos de viver e existir conforme suas inclinações, desejos e experiências e, principalmente, para conseguir modelar um outro tipo de consciência nessa sociedade repressiva, agressiva, violenta e acostumada impor os moldes da ciscolonialidade, conforme aponta Simakawa (2015). A luta é para criminalizar o que não pode mais ser suportado, a violência, o preconceito, o assassinato, a LGBTIfobia e, também, para produzir outra possibilidade história de existência livre e emancipada. Aqueles que acusam o movimento LGBTI+ de visar impor uma “ditadura gay”, não percebem que o verdadeiro regime implementado desde 1500 no Brasil é o massacre das vidas e das subjetividades LGBTI+, juntamente com todas as demais dissidências.

Assim, observa-se o ressentimento dos que não podem impunemente (sem despertar reações e resistência) agredir e violentar mulheres, negros, indígenas, homossexuais e outros grupos historicamente oprimidos, inclusive por meio da ação do Estado. A reação ao “politicamente correto” (que se refere aos direitos humanos, à cidadania e à necessidade de respeito e garantia de tais direitos), ensejada e reforçada pelo fortalecimento dos grupos políticos reacionários com tendências autoritárias, nos últimos 20 anos, expressa o incômodo que causa o destaque alcançado por determinadas pessoas e grupos que representam as chamadas minorias políticas naqueles que se sentem ameaçados em suas posições de poder (na vida pública e privada) (Giovinazzo Jr., 2021, p. 38).

Uma das estratégias para desqualificar a luta contra a opressão é inversão da lógica, de modo a ocultar que, na verdade, a violência, o ódio e a agressividade são parte constitutivas da personalidade daqueles que oprimem e se sentem ameaçados em suas posições de poder. Aqui, não se pretende reforçar simplificada e outro modelo de divisão binária (oprimidos versus opressores), mas é fato que as lutas políticas pela emancipação, na sociedade de classes e com relações de poder muito desequilibradas e assimétricas, passam necessariamente por reconhecer quem são os beneficiários e privilegiados dessa ordem sustentada pela violência contra todas as formas de resistência aos padrões e normas estabelecidos.

Seja como for, institucionalizadas ou não, os movimentos sociais enfrentam a distorção das suas falas, ações e posicionamentos. É desqualificando qualquer possibilidade de resposta à sociedade que a mais repressão alimenta sua engrenagem moedora das dissidências e das alternativas transgressoras de viver uma vida não ajustada.

Movimento social organizado e o identitarismo

“Em virtude de sua própria dinâmica, o movimento está ligado à luta política pela revolução, pela liberdade de homens e mulheres [...] o ser humano cuja libertação, cuja realização ainda está em jogo” (Marcuse, 2018, p. 79). Este é um outro ponto trazido por Marcuse o qual podemos relacionar com o movimento LGBTI+, apontado muitas vezes de modo reducionista como identitário ou como objetivando produzir uma “ameaçadora ditadura homossexual”, ou, ainda, apontado como o movimento que dissemina o termo “ideologia de gênero”. Em suma, aqueles que têm medo e aversão à experiência e ao contato com a diferença e diversidade apelam para a inverdade de que a pauta do movimento LGBTI+ seria a conversão de todos em lésbicas, gays e transexuais. Ora, a principal aspiração do movimento é construir uma sociedade sem LGBTIfobia, sem nenhum tipo de discriminação negativa e preconceito de gênero e sexualidade, em nenhuma instância e contra qualquer indivíduo, o que, afinal, poderá trazer ganhos para toda a sociedade e não apenas para um grupo, que almeja um novo modelo de sociedade e, conseqüentemente, de relações, de educação e de instituições.

Também é importante estabelecer uma distinção. O movimento político ou social organizado não fala por todas as pessoas LGBTI+, visto que “há LGBTI+ de direita, de esquerda, da classe trabalhadora, com outras tantas subdivisões nessas categorias, afinal, orientação sexual e identidade de gênero não definem automaticamente um posicionamento no espectro ideológico” (Quinalha, 2022, p. 163). A ênfase está nos grupos (do qual fazemos parte) que historicamente tem lutado em diversas frentes, dialogado com diversos segmentos, sistematizado propostas, denunciado a violência, indo muito além do que se chama de identitarismo. Usar esse termo é “(...) equivocado de partida, pois parece menosprezar a importância dos debates e acaba inviabilizando qualquer diálogo consistente” (Quinalha, 2022, p. 164).

Assim, com base nessa reflexão, podemos destacar quatro pontos em que o movimento LGBTI+ se assemelha com a fala de Marcuse (2018) sobre o movimento feminista: um movimento político potencialmente radical que visa a liberdade e a mudança de consciência; o princípio da realidade como o conjunto de normas e valores que endossam a LGBTIfobia; características socialmente condicionadas que são vistas como diferenças naturais para justificar a violência e a desumanização; um movimento que pretende trazer liberdade a todos os indivíduos e não somente para grupos específicos.

No entanto, Marcuse (2018, p. 79) nos alerta que “[...] os próprios objetivos desse movimento exigem, contudo, mudanças de tal magnitude na cultura material e intelectual que eles apenas podem ser alcançados por uma transformação no sistema social como um todo”. A plena

realização da liberdade, apontada pelo autor como algo muito superior a igualdade, necessitaria de uma outra sociedade em que um novo princípio de realidade se estabelecesse.

O movimento opera em dois níveis: primeiro, a luta pela plena igualdade econômica, social e cultural. Pergunta: tal igualdade econômica, social e cultural é alcançável dentro da estrutura capitalista? Voltarei a essa questão, mas quero propor uma hipótese preliminar: não há razões econômicas para que tal igualdade não seja alcançável dentro da estrutura capitalista, embora trate-se de um capitalismo amplamente modificado. Mas as potencialidades e objetivos do movimento de libertação das mulheres vão muito além, em direção a regiões que nunca poderão ser alcançadas em uma estrutura capitalista, nem na estrutura de qualquer sociedade de classes. Sua realização exigiria um segundo estágio, no qual o movimento transcenderia a estrutura em que ele agora opera. Nesse estágio “além da igualdade”, a libertação implica a construção de uma sociedade regida por um Princípio de Realidade diferente, uma sociedade em que a dicotomia estabelecida entre masculino e feminino é superada nas relações sociais e individuais entre seres humanos (Marcuse, 2018, p. 79-80).

A sociedade de classes, também chamada pelo autor de sociedade adoecida, é incapaz de promover de modo amplo e duradouro relações de interação espontâneas e genuínas, autonomia, liberdade, bem como experiências com “o não idêntico”. Ao contrário, temos a “redução da experiência dos indivíduos aos objetivos da dominação, junto com elementos regressivos presentes no estado psicológico das massas, [que] promovem o ódio pelo não idêntico e o preconceito” (Giovinazzo Jr., 2021, p. 35). Isso fez com que o Movimento LGBTI+, desde sua fundação e expansão, denunciasse caráter segregador da sociedade a que estavam submetidos, fazendo com que muitas pessoas estejam apartadas das instituições de trabalho, das igrejas e religiões, das famílias, das escolas, dos bares, de quase todos os espaços de socialidade. A emergência dos guetos e das bolhas deriva das consequências dessa exclusão, que faz com que a margem possa ser um lugar de onde emergem utopias possíveis, já que, como aponta Jota Mombaça (2017, p. 34), “o que não tem espaço, está em todo lugar”. No entanto, mesmo com a construção das barricadas de proteção e dos espaços livres de violência, a plena realização daquilo que almeja ambos os movimentos, feminista e LGBTI+, claro, se progressistas, democráticos e libertários, necessita de uma mudança estrutural maior, profunda e radical.

A mais-repressão introduz (por cima e além, ou melhor, por baixo dos conflitos sociais) novas deformações e tensões nos indivíduos. Geralmente tratada pelo funcionamento normal do processo social, que garante o ajuste e submissão (medo de perda de emprego ou status, o ostracismo e assim por diante), nenhuma política coercitiva especial com respeito à mente é necessária. Mas, na sociedade afluyente contemporânea a discrepância entre os modos estabelecidos de existência e as reais possibilidades de liberdade humana é tão grande que, a fim de evitar uma explosão, a sociedade tem que assegurar uma coordenação mental mais efetiva dos indivíduos: nas suas dimensões inconsciente, bem como conscientes, a psique é aberta e submetida a manipulação e controle sistemático (Marcuse, 2018, p. 24).

A LGBTIfobia é elemento constitutivo dessa sociedade repressiva, da mais-repressão, porque, sem essa violência coercitiva e estrutural, perde aquilo que dá sustentação no que diz respeito a reprodução das relações de poder e de dominação. Sendo assim, a ordem social capitalista e cisheteropatriarcal não consegue se manter como tal, sem a destruição da autonomia, da liberdade, da individualidade, da emancipação dos sujeitos. Desse modo, a violência contra os que não se enquadram no padrão dominante objetiva minar contínua e progressivamente as capacidades e potencialidades de transformação e de revolução. Nos mais de 500 anos de história, o Estado e a sociedade brasileira negaram às pessoas transexuais e travestis, juntamente com outros grupos oprimidos, o direito de falarem por si mesmas e de dirigirem suas próprias vidas, já que o tempo todos foram e são submetidas a laudos médicos e psiquiátricos, para atestar e comprovar sua suposta “patologia”. Conquistas como a utilização do SUS, mudança do nome e gênero nos documentos de registro, utilização do nome social, são extremamente recentes, sendo resultado do movimento social organizado. As ponderações de Marcuse auxiliam na compreensão dos vínculos entre tal processo e a lógica repressiva que permeia toda sociedade.

Estas breves observações sugerem a profundidade do ingresso da sociedade na psique, na medida em que a saúde mental, a normalidade, não é a do indivíduo, mas de sua sociedade. Tal harmonia entre o indivíduo e a sociedade seria altamente desejável se a sociedade oferecesse ao indivíduo as condições para a seu desenvolvimento como ser humano de acordo com as possibilidades disponíveis de liberdade, paz e felicidade (ou seja, em acordo com a possível liberação de seus instintos de vida), mas é altamente destrutivo para o indivíduo se essas condições não prevalecem. Onde elas não prevalecem, o indivíduo saudável e normal é um ser humano equipado com todas as qualidades que lhe permitem dar-se bem com os outros em sua sociedade, e essas mesmas qualidades são as marcas da repressão, as marcas de um ser humano mutilado, que colabora com sua própria repressão, com a contenção do potencial da liberdade individual e social, com a liberação da agressão. E essa situação não pode ser resolvida no quadro da terapia e da psicologia individual, nem no âmbito de qualquer psicologia – uma solução só pode ser considerada no nível político: na luta contra a sociedade (Marcuse, 2018, p. 26).

Com todo esse processo complexo de opressão e coerção, podemos entender que essa sociedade adoecida faz vibrar e disseminar em seu seio a violência de gênero, sexualidade, raça, classe, dentre tantas outras, a fim de que a dominação se efetive. Daí, a necessidade de tomar essa matriz complexa de opressão como referência para organizar e efetivar a luta contra a desigualdades de classes em conjunto com as lutas travadas pelos movimentos LGBTI+, feministas, negros, indígenas, de pessoas com deficiência, ciganos, entre tantos outros grupos existentes, mas segregados e marginalizados. É preciso ocupar os espaços e estar presente nas disputas que se configuram em função da repressão à dissidência; ora, essa pode ser a chave para que um dia não seja mais preciso viver como um dissidente.

A luta de classes e o movimento social organizado

É preciso refletir sobre o posicionamento assumido por muitos analistas e militantes do chamado campo progressista de que as lutas referentes à raça, gênero, sexualidade, entre outras, deveriam estar a reboque, pois seriam lutas menores ou secundárias ou como menor potencial para a transformação social, da luta primária e maior, a luta de classes. Consideramos que essa espécie de hierarquização das prioridades é equivocada, pois, como se tentou evidenciar, o próprio modo de produção capitalista, ao promover a violência, a agressividade e destruição, faz uso das formas de opressão contra grupos específicos a fim de reproduzir as relações de poder político e exploração econômica. Desse modo, não é possível negligenciar que, no Brasil, classe e raça estão intimamente associadas ou que patriarcado, divisão social do trabalho, sexismo e LGBTIfobia compõem um complexo articulado. Para Quinalha (2022, p. 163), “há equívocos diversos nesse tipo de posicionamento, que acredita que uma rejeição das identidades levaria a um fortalecimento da luta de classes”, quando na verdade as identidades são “[...] pontos de partida para a mobilização de interesses comuns, de um tipo de construção da nossa subjetividade em relação às estruturas de poder e de desigualdade que organizam nossa sociedade”.

Não faz sentido, se o objetivo é a superação da ordem social opressora de corpos, mentes e corações, hierarquizar as lutas. Sem a conjunção e a aliança de todos que almejam uma sociedade justa e uma vida livre e emancipada, qualquer conquista seria insuficiente. Assim, uma sociedade socialista preservar o machismo, o racismo, o capacitismo e LGBTIfobia, do mesmo modo que, no capitalismo, os pequenos avanços que miram o fim da discriminação de negros, das mulheres, das pessoas com deficiência ou das pessoas LGBTI+ são capturados pelo sistema econômico, de modo que a exploração e a alienação pelo e no trabalho persistem e funcionem de forma plena, já que “o capitalismo não pode permitir a ascensão das qualidades libidinais que colocariam em risco a ética de trabalho repressiva do Princípio de Desempenho e a constante reprodução dessa ética de trabalho pelos próprios indivíduos humanos” (Marcuse, 2018, p. 85).

Para Quinalha (2022), é preciso não se deixar levar pelo tokenismo, termo derivado de palavra “token” (em inglês). Trata-se de uma inclusão simbólica, que consiste em fazer concessões superficiais a grupos minoritários politicamente, o que leva à apropriação e ao esvaziamento da luta contra opressão de maneira a ficar em seu lugar apenas a visibilidade do marketing e seus efeitos apaziguadores, algo muito típico e comum realizado pela indústria cultural, que como evidenciado, desde há muito tempo, por Horkheimer e Adorno (1985), objetiva a padronização e a manipulação das massas em prol da ordem social estabelecida. Da perspectiva de Marcuse (2018, p. 85), o autor aponta que tais concessões, como legalização do casamento homoafetivo ou a promoção da mulher no mercado de trabalho, ainda que sejam conquistas importantes e que devemos celebrá-las, que

“essas tendências liberadoras, em sua forma manipulada, fazem parte da reprodução do sistema estabelecido. Elas se tornaram valores de troca, que vendem o sistema e são vendidas pelo sistema”. O risco enfrentado pelos movimentos sociais é o seu adestramento e o seu esvaziamento por parte de um sistema que finge e simula que os acolhe, negociando sua liberdade com base na lógica da mercadoria e do equivalente econômico capitalista. O resultado é a pseudoigualdade ou, no jargão neoliberal, a equidade, mantendo-se no fundo a mesma estrutura social e desigual de classes.

Da mesma forma, a luta de classes precisa incorporar no seu âmago as demandas, desejos e pulsões trazidas pelos movimentos sociais organizados, como o movimento feminista e LGBTI+, de modo a repensar o princípio de realidade que hoje impera e os riscos reais da repetição da mesma lógica opressora na elaboração de uma nova sociedade. Como salienta Quinalha (2022, p.156), ao se referir a *Nuestro Mundo*, a primeira organização política LGBTI+ surgida na Argentina e declaradamente marxista, “não faltaram momentos de reprodução da homofobia por parte das esquerdas”. A contribuição dos movimentos sociais pode ser pensada nos termos de Marcuse (2018, p. 89): “a libertação não pode ser esperada como um subproduto de novas instituições, (...) ela deve emergir nos próprios indivíduos”. Trata-se, portanto, da transformação das condições objetivas e subjetivas que produzem a sociedade, as instituições, a cultura e os indivíduos.

Referências

ADORNO, T. W. Educação – para quê? In: ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 139-154.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Organizado por Bruna G. Benevides. Brasília: Distrito Drag / ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232. (Obras escolhidas, v. 1)

BENJAMIN, W. La reforma escolar: un movimiento cultural. In: BENJAMIN, W. *La metafísica de la juventud*. Barcelona: Paidós I.C.E./U.A.B., 1993, p. 47-52.

FRASER, N. *Capitalismo caníbal*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2023.

GIOVINAZZO JR., C. A. Razão instrumental, ódio e dominação: a negação da política e o preconceito socializado. In: SILVA, P. F.; BORZUK, C. S.; GONÇALVES JR., G. *Teoria crítica, violência e resistência*. São Paulo: Blucher, 2021, p. 35-49.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 113-156.

JESUS, J. G.; Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. *ReDoc – Revista Docência e cibercultura*. Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 250-260, jan.-abr./2019.
<https://doi.org/10.12957/redoc.2019.41817>

MARCUSE, H. Marxismo e feminismo (1974). *Dissonância* (Dossiê Herbert Marcuse). Campinas, v. 2, n. 1.2, p. 77-90, jun./2018. Disponível em:
<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/teoriacritica/article/view/3413/2604>.

MOMBAÇA, J. O que não tem espaço está em todo lugar e Fuga para Plutão. *Organização Itaú Cultural. Todos os Gêneros: Mostra de Arte e Diversidade*. São Paulo: Itaú Cultural, 2017, p. 34-38. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/todososgeneros_2017_issu_final_pgsi.

QUINALHA, R. *Movimento LGBTI+: uma breve história – do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SIMAKAWA, V. V. *Por Inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de Mestrado (Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade). Salvador. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.